

Tribuna



ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791

Metalúrgica 

EDIÇÃO ONLINE

Nº 4557 • QUINTA-FEIRA • 9 DE ABRIL DE 2020 • SMABC.ORG.BR

GOVERNO PROMETE, MAS CRÉDITO NÃO CHEGA

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS RECLAMAM QUE O CRÉDITO NÃO ESTÁ SENDO LIBERADO PELOS BANCOS PARA GARANTIR A FOLHA DE PAGAMENTO E O CUSTEIO DAS EMPRESAS. SINDICATO DEFENDE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO COMO MEDIDA EMERGENCIAL





ADONIS GUERRA

CRÉDITO ANUNCIADO PELO GOVERNO NÃO CHEGA ÀS EMPRESAS

Falta de medidas do governo para atravessar o momento de pandemia é criticada por sindicatos e associações empresariais

As linhas de crédito anunciadas pelo governo, por meio do Banco Central e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), não estão chegando às empresas para atravessar este momento de paralisação de produção e de crise com a pandemia do novo coronavírus.

O diretor executivo dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Messias Damasceno, reforçou que o Sindicato cobrou ações em todas as instâncias para que os recursos chegassem aos mais vulneráveis, para a proteção dos traba-

lhadores formais e também fez a defesa pela liberação imediata do crédito.

“O governo lança medidas que não chegam na ponta, onde mais precisa. A falta de liberação de crédito para as empresas é extremamente preocupante. Sem crédito, elas não vão conseguir pagar salários nem os custos da operação. Por mais que estejam paradas para garantir o isolamento social dos trabalhadores, existe ainda todo o custo com impostos e fornecedores”, explicou.

O governo anunciou R\$ 40 bilhões em financiamento

para pequenas e médias empresas por dois meses para pagamento de, no máximo, dois salários mínimos, com operação do BNDES e de bancos privados. E também anunciou a liberação de recursos para as instituições financeiras, por meio de redução do depósito compulsório, que os bancos devem manter no Banco Central. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que os recursos estão “empocados no sistema financeiro”.

“Os governos de países do mundo todo estão colocando crédito para as empresas manterem os empregos, pagarem salários, não quebrarem e se prepararem para

a retomada no pós-crise. No Brasil, o governo coloca dinheiro nos bancos para aumentar ainda mais o lucro do sistema financeiro, já que os bancos não estão baixando as taxas de juros nem fazendo empréstimos. Querem aumentar ainda mais a concentração financeira, enquanto as pessoas fazem fila na porta do banco tentando conseguir alguma coisa”, criticou.

O Sindicato propôs medidas de crédito para as empresas nos documentos encaminhados ao governo de São Paulo, Assembleia Legislativa e em reunião ampliada do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

(confira mais na página 4), que contou com a participação de empresas, que também reclamaram da dificuldade de acesso ao crédito.

Em reportagens na imprensa comercial, diversas associações empresariais, como Anfavea (Fabricantes de Veículos) e Abimaq (Indústria de Máquinas e Equipamentos), têm reclamado que os recursos não estão chegando às empresas.

“Nas próprias negociações do Sindicato, as empresas da base também reclamaram que não têm recursos dos bancos. Temos cobrado muito porque a liberação do crédito também é uma ação emergencial”, concluiu.

DIVULGAÇÃO





DIVULGAÇÃO

SINDICATO DEBATE MEDIDAS ECONÔMICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA EM REUNIÃO DO CONSÓRCIO

Videoconferência reuniu mais de 50 representantes de prefeituras, indústrias, comércios e sindicatos da região

Representantes dos Metalúrgicos do ABC participaram ontem, por meio de videoconferência, de reunião promovida pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC e pela Agência de Desenvolvimento Econômico, com secretários municipais e entidades de classe para debater os rumos da economia na região diante da pandemia do coronavírus.

Na ocasião, foram debatidos temas como demandas de logística e transporte de carga, reconversão industrial,

tributos, liberação dos créditos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), Pró-Ferramentaria e melhoria do atendimento no Banco do Povo.

O secretário-geral do Sindicato, Aroaldo Oliveira da Silva, destacou como um dos focos a questão do crédito. “Apontamos que as instituições financeiras ‘sentaram em cima do dinheiro’. A proposta é que o Consórcio seja um articulador para pressionar o governo federal para que essas

medidas de crédito, de fato, cheguem às empresas”.

O dirigente também reforçou a pauta sobre reconversão industrial, que vem sendo amplamente proposta pelo Sindicato, CUT e centrais sindicais. “É preciso aprofundar o debate. Muitas empresas ainda não sabem como agir, não sabem o que produzir ou se possuem equipamento adequado. Por isso, o papel do Consórcio de articular essas necessidades e enxergar a potencialidade das empresas”.



AMANDA PEROBELLI

“É preciso aprofundar o debate. Muitas empresas ainda não sabem como agir, não sabem o que produzir ou se possuem equipamento adequado. Por isso, o papel do Consórcio de articular essas necessidades e enxergar a potencialidade das empresas”

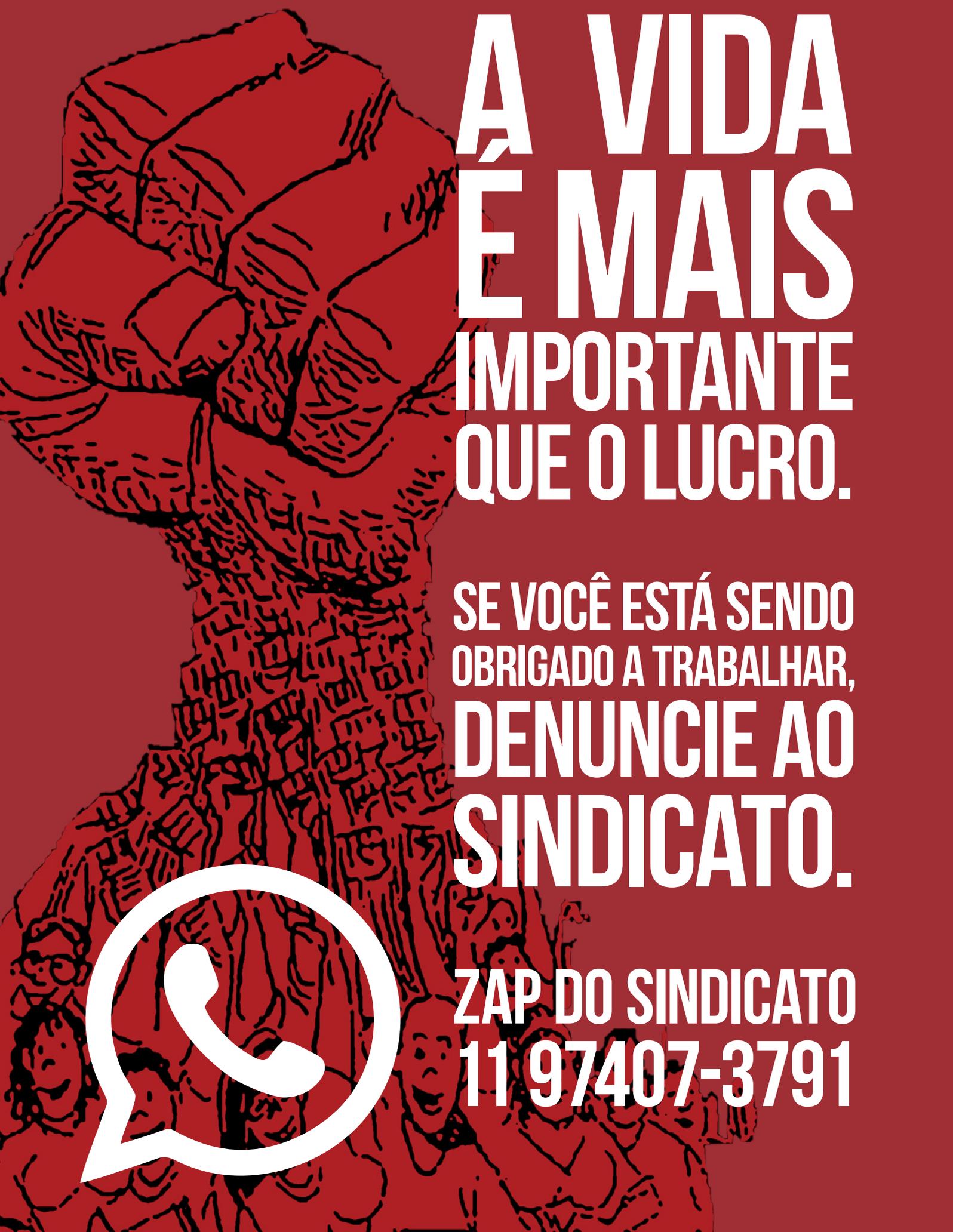
“Aprofundamos o debate dos tributos, tanto estaduais como os municipais, já que aqui na região há políticas diferentes neste momento de pandemia. É preciso nivelar a mesma política para todas as cidades sobre isenções e postergações dos tributos”, completou.

Durante a vídeo conferência também foram debatidas as preocupações ao fim do isolamento. “Discutimos muito a questão dos créditos de ICMS que será importante no pós-pandemia, na retomada, ajudará muito diversas empresas. Também houve articulação a respeito do Banco do Povo Regional, Estadual e o Banco do Povo Solidário, principalmente com relação ao microcrédito para que o pequeno empre-

endedor possa ter acesso com menos burocracia”.

O movimento sindical também pautou a necessidade da discussão sobre garantia de emprego. “Se não houver manutenção dos empregos, aí é que não conseguiremos retomar a economia local, já que o desemprego na nossa região é maior do que a média nacional”, pontuou.

Ainda segundo Aroaldo, a ideia é que essas entidades da sociedade civil comecem a construir um caminho durante a pandemia e a estruturar a retomada da economia. “Foi consenso que o isolamento social é necessário, que o governo tem que buscar as alternativas para equilibrar a economia neste período, para que possamos discutir, com certa tranquilidade, a retomada econômica”, concluiu.



**A VIDA
É MAIS
IMPORTANTE
QUE O LUCRO.**

**SE VOCÊ ESTÁ SENDO
OBRIGADO A TRABALHAR,
DENUNCIE AO
SINDICATO.**



**ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791**

SAIBA MAIS



DEVEMOS ESTAR ATENTOS AO DESFECHO DO “CORONA CRISE”

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Devemos estar atentos às medidas econômicas adotadas pelo governo quando a economia retomar o seu curso “normal” após a crise do coronavírus.

Se o governo insistirá na obsessão pelo enxugamento do Estado, leia-se privatizações, ajuste fiscal e prosseguimento das reformas liberais, ou reconhecerá a necessidade de rever suas posições diante da experiência traumática.

Pelo que já assistimos até o momento, se não houver mobilização popular, a tendência do governo vai ser aprofundar as reformas justificadas pelos gastos durante a epidemia.

Imaginemos essa crise epidêmica sem o SUS (Sistema Único de Saúde), que apesar de suas debilidades causadas pelas restrições orçamentárias nos últimos cinco anos, é o grande agente na área médica a enfrentar essa grave crise da saúde em

todo país.

Imaginemos como seria mais difícil para o governo enfrentar essa crise sem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES? Pensemos como seriam ainda mais limitadas a nossa capacidade de reconversão produtiva se o nosso parque industrial e nossos centros de pesquisa estivessem totalmente sucateados e inoperantes?

Quando ocorreu a grande crise financeira em 2008 e os Estados tiveram que socorrer as instituições financeiras em todo o mundo com pacotes bilionários para que estas não quebrassem, imaginava-se que as políticas neoliberais retrocederiam em todo mundo e os Estados retomariam seu protagonismo na condução da economia voltadas ao bem-estar social da população.

O que assistimos foi justamente o contrário. As políticas

neoliberais voltaram ainda com maior agressividade e, em muitos países, voltaram de braços dados com governos conservadores e autoritários, como foi o caso do Brasil.

Portanto, é fundamental que a sociedade se mobilize ainda mais para que não se repita a mesma história. O capital financeiro, que foi o grande responsável pela crise de 2008, conseguiu capturar o desfecho dela em seu favor, atacando os governos progressistas e responsabilizando-os pela crise.

Depende de nós fazer com que a história caminhe em outra direção no desfecho da atual crise.

COMENTE ESTE ARTIGO.
ENVIE UM E-MAIL PARA
FORMACAO@SMABC.ORG.BR
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

GOVERNO E EMPRESAS QUEREM TIRAR SINDICATOS DA NEGOCIAÇÃO DO COVID-19

ADONIS GUERRA

Em mais uma tentativa de diminuir o papel do Sindicato, o governo federal lança a Medida Provisória 936, que exclui os sindicatos das negociações de redução de jornadas e salários e de suspensão dos contratos de trabalho. Diante da pandemia do Covid-19, quer permitir que as empresas explorem os trabalhadores.

“Com a Medida Provisória 936, o governo libera a negociação individual em algumas faixas salariais. Um trabalhador sozinho, temendo a condição de saúde por conta do novo coronavírus e temendo perder o emprego, acabaria se sujeitando a qualquer negociação, inclusive a ficar em casa sem receber salário”, alertou o diretor executivo do Sindicato, Nelsi Rodrigues, o Morcegão.

Diante da inconstitucionalidade da MP, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, decidiu pela participação dos sindicatos

para validar os acordos.

“A liminar recoloca os sindicatos diante das negociações, ainda que de forma tímida, já que é uma garantia que está na Constituição. Mesmo assim, setores conservadores e reacionários reagiram contra a decisão do ministro porque querem a todo custo continuar o enfraquecimento dos sindicatos, que teve início com a reforma Trabalhista. Tanto que há pressa no STF para julgar a liminar já na próxima semana”, analisou.

A MP libera acordos individuais para quem ganha até R\$ 3.135 ou acima de R\$ 12.202. Para reduções até 25%, a medida libera acordos individuais em todas as faixas salariais.

Só para ter ideia, no Brasil são cerca de 44,5 milhões de trabalhadores formais que recebem até três salários mínimos, ou seja, 82,7% desses trabalhadores estariam desprotegidos e teriam que negociar direto com o patrão. Na base dos Metalúrgicos

do ABC, são cerca de 28,4 mil trabalhadores nas faixas até três salários mínimos e na acima de R\$ 12.200.

“A negociação coletiva é o caminho para que possamos encontrar saídas. O papel dos sindicatos é importantíssimo para evitar que haja abusos e que trabalhadores percam mais do que já estão perdendo. Vivemos uma situação difícil, mas em todos os momentos é preciso olhar para a Constituição e garantir o espaço da negociação coletiva”, defendeu.

No primeiro momento, o governo tentou atacar os sindicatos e trabalhadores com a MP 927, que era ainda mais cruel do que a MP 936. Ela liberava, sem discussão com





ADONIS GUERRA

sindicatos, colocar o trabalhador por até quatro meses em casa sem receber salário. A pressão das centrais sindicais e da população fez com que Bolsonaro recuasse dessa decisão.

“Queremos garantir emprego e renda do trabalhador para que não haja um mal maior nesse período. No meio da pandemia, governo e empresários querem forçar uma negociação individual. Isso nós não vamos permitir”, afirmou.

BRASIL **44,5** milhões de trabalhadores formais ganham até três salários mínimos e estariam desprotegidos com a MP 936

Ou seja, **82,7%** teriam que negociar sozinhos com o patrão.

METALÚRGICOS DO ABC

ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
19,4 mil trabalhadores

MAIS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
38 mil trabalhadores

ACIMA DOS R\$ 12.200
9 mil trabalhadores

TOTAL
28,4 mil metalúrgicos do ABC estariam desprotegidos.

Fonte: Ministério da Economia. RAIS 2018, atual renda 2019. Elaboração Dieese/SMABC.



BUSCAR 🔍

MENU

Sindicalize-se

Serviços

Notícias

Convenções Coletivas

Tribuna Metalúrgica

Contato

TODAS AS EMPRESAS



SINDICATO REALIZA ASSEMBLEIA COM VOTAÇÃO VIRTUAL NO SITE DOS METALÚRGICOS DO ABC

Em face do necessário isolamento social, o Sindicato está realizando assembleias por meio do site para consultar os trabalhadores sobre as negociações com as empresas da base a respeito das paralisações. Todos podem acessar, assistir ao vídeo com a proposta e realizar a votação.

“Seguimos discutindo a importância das paradas, pois acreditamos no isolamento social como única forma eficaz de evitar a proliferação do coronavírus. Neste momento estamos negociando as possibilidades como férias, licença remunerada, banco de horas e também a postergação dessas paradas ou, em alguns casos, o trabalho reduzido”, explicou o presidente do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão.

“Essa foi a forma que encontramos para fazer a consulta aos trabalhadores para que possam ser construídas e apreciadas no ambiente virtual. Conforme cada empresa for fazer a apreciação da proposta, vamos disponibilizar no site e avisar os companheiros. É uma nova experiência, por isso pedimos a colaboração de todos para que as votações sejam representativas”, esclareceu.

PASSO A PASSO

Acesse o site do Sindicato: smabc.org.br

Clique no link "Assembleia online vote aqui"

Digite seus dados e terá acesso ao ambiente da sua empresa, ao vídeo explicativo com a proposta e a opção de votar SIM OU NÃO.

